

VIDA ETERNA: A ESPERANÇA QUE NOS MOVE

♦ Pe. Adelmo Sérgio Gomes* ♦

Quando pensamos na morte, costumamos entendê-la como um ponto obscuro no fim da vida. No entanto, a morte está diante de nós o tempo todo. O sapato que se desgastou, a roupa velha que se rasgou, a flor mimosa do jardim que secou, todos esses acontecimentos são sinais de morte. A morte não está apenas para além: está em nós. Está em cada criatura, em cada parte da matéria.

Não porque a criatura seja má em si mesma, pois tudo o que Deus criou é bom (cf. Gn 1,31), mas porque a criação, ferida pelo pecado, está sujeita à corrupção e geme em dores de parto, aguardando a redenção (cf. Rm 8,19-23). Jean-Paul Sartre, em sua ontologia fenomenológica, sustentava que o ser humano é o ser pelo qual o nada vem ao mundo.

A teologia católica, porém, vai mais fundo: a morte não é uma propriedade essencial do ser criado, mas uma consequência do pecado original, que feriu a natureza humana e introduziu no mundo a

separação e a corrupção. A criatura carrega em si não o nada, mas a saudade da plenitude que perdeu e a esperança da restauração prometida em Cristo.

Os cristãos carregam a esperança dos novíssimos do homem, Céu, Inferno e Purgatório. Para eles, a alma sobrevive à morte, pois foi criada imortal à imagem e semelhança de Deus. Uns vão para o convívio de Deus, outros para a condenação eterna. Há ainda um terceiro estágio, o Purgatório, onde as almas dos justos que morreram na graça e na amizade de Deus, mas ainda imperfeitas, passam por uma purificação necessária para alcançar a santidade exigida para entrar na alegria do céu (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 1030-1032).

Para os não religiosos, a expectativa é o nada em si. Desfaz-se o corpo e tudo o mais que nele pode existir. É um nada quebrado e moído. É a extinção do verbo. A teologia católica, contudo, não vê na morte o fim absoluto, mas uma

passagem, “o último inimigo a ser vencido” (1Cor 15,26). A morte não tem a última palavra, pois Cristo, pelo seu mistério pascal, destruiu-a e abriu para nós a porta da vida eterna. Aquilo que para uns é dissolução e silêncio, para os que creem é o limiar da ressurreição e da comunhão definitiva com Deus, onde “não haverá mais morte, nem luto, nem pranto, nem dor” (Ap 21,4).

Para clarificar a ideia dos novíssimos do homem, vamos recorrer a duas grandes figuras da Igreja Católica, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Para Agostinho há três tipos de morte: a morte espiritual, a morte corporal e a morte total. A morte corporal é consequência do pecado original, mas não é o fim. A alma, criada imortal, sobrevive à separação do corpo e aguarda a ressurreição. Após a morte, a alma comparece diante de Deus e recebe a sentença. Para Agostinho, no momento da morte já é dada a sentença, seja Céu ou In-

ferno. A pessoa leva consigo “o tempo da memória”, seus atos e sua autoconsciência e é julgada por eles. Para alguns pecadores há uma purificação depois da morte. Eles não alcançaram a santidade perfeita, mas também não merecem a condenação. Eles passam por penas medicinais, podendo ser auxiliados pela oração da Igreja. Santo Agostinho entende que o Paraíso e o Inferno são eternos.

O que porá fim ao tempo e abrirá a eternidade é a ressurreição dos corpos. Com a parusia, a segunda vinda de Cristo, ocorre o juízo final, em que a sorte de cada um é confirmada publicamente.

Em São Tomás de Aquino, a morte é um mal em si mesma, porque implica a separação de corpo e alma, porém, a alma é imortal e subsiste após a morte. O ser humano é uma unidade de corpo e alma e essa separação é consequência do pecado original. Para Tomás, a alma é julgada logo após a morte. Esse juízo decide seu destino: Céu, Purgatório ou Inferno. A sentença

é definitiva, ninguém pode sair do Céu nem do Inferno. O juízo final confirmará publicamente o que já foi decidido no juízo particular.

Segundo Tomás, no fim dos tempos ocorrerá a ressurreição dos corpos e o juízo final. Esse juízo será com corpo, todos verão as ações de todos, e a justiça divina será manifesta

O que fica como lição para nós é que o juízo de Deus não é uma sentença arbitrária, mas o encontro com Aquele que nos conhece por inteiro. Deus não nos julga por ouvir falar; Ele sonda os corações e conhece todas as estradas que percorremos, por isso, o temor de Deus não é medo servil, mas reverência filial e horror ao pecado, que nos afasta do mal e nos abre à graça. Deus não deseja a morte

do pecador, mas que se converta e viva (cf. Ez 33,11).

Sua misericórdia é infinita e Ele oferece a todos os meios de salvação, contudo, respeita nossa liberdade, pois o amor não pode ser forçado. A Igreja nos ensina a esperar firmemente na salvação, sem presunção e sem desespero. Podemos e devemos esperar que todos se salvem, mas não podemos afirmar isso com certeza, pois a liberdade humana pode rejeitar definitivamente o amor de Deus. O inferno não é um capricho divino, mas a possibilidade real de quem escolhe persistir no pecado grave e impenitente.

Vivamos, pois, com confiança na misericórdia, mas também com responsabilidade, sabendo que Deus nos dá todas as chances e que a salvação é fruto da graça e da colaboração livre do homem. ●

***Pe. Adelmo Sérgio Gomes** é sacerdote da Diocese de Divinópolis (MG). É também vice-postulador da causa de beatificação e canonização do Venerável Servo de Deus Padre Libério.